



CHEGA
DE AGRO
TOXICOS

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	03
SAÚDE EM PERIGO.....	04
O “PACOTE DO VENENO”.....	05
PARA O CAMINHO DA SOLUÇÃO.....	06
SOMOS MAIORIA CONTRA OS AGROTÓXICOS.....	07
BANIDOS LÁ FORA, PERMITIDOS NO BRASIL.....	08
QUEM FINANCIAM O AGRO TÓXICO?.....	09
AGROECOLOGIA UMA TRANSIÇÃO POSSÍVEL E URGENTE.....	10
ENTREVISTA COM LEONARDO MELGAREJO.....	11

EXPEDIENTE

PESQUISA E PRODUÇÃO DE TEXTOS | LEONARDO FERNANDES
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO | MARINA TAVARES
EDIÇÃO | CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA
COORDENAÇÃO | PLATAFORMA #CHEGADEAGROTOXICOS

EDITORIAL

Caras leitoras e leitores,

Somos a plataforma **#ChegaDeAgrotóxicos** – um conjunto de organizações que pensa e atua na construção de um Brasil onde todas e todos possam se alimentar de forma saudável, a partir de uma agricultura que respeite quem produz e quem se alimenta. Temos atuado fortemente contra a tentativa de desmonte da legislação, que está em curso no Congresso nacional neste momento, e em favor de um marco legal que incentive a redução progressiva no uso de agrotóxicos no Brasil.

O contexto político atual é difícil e bastante desfavorável. Com a bancada ruralista dominando boa parte do Congresso e apoiando e garantindo a permanência do presidente Michel Temer no poder, temos visto as pautas mais absurdas virem à tona. O desmonte das legislações que combatem o desmatamento e o trabalho escravo, fortes ataques aos direitos indígenas e quilombolas são apenas algumas delas.

No campo dos agrotóxicos, a maior ameaça vem da proposta de flexibilização da atual de **Lei de Agrotóxicos (7802/1989)**, o que irá permitir que mais agrotóxicos sejam liberados, e de forma mais rápida.

As mudanças visam atender ao setor do agro-negócio que, aliado a interesses econômicos, vê o Brasil como polo de produção barata de commodities para exportação. Vendemos mi-

lhões de toneladas de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e outros produtos básicos a preços baixos, e importamos produtos industrializados como agrotóxicos, fertilizantes e máquinas. Em troca, ficam no país problemas de saúde para a população e comunidades impactadas pelos agrotóxicos, solos esgotadas pela exploração irracional e falta d'água também como consequência do modo de produção intensivo.

Existe um novo caminho para todos estes problemas, que trará a verdadeira solução para o futuro da produção de alimentos. No final de 2016, entregamos um projeto de lei de iniciativa popular que busca instituir a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, contendo uma série de iniciativas para incentivar a produção agroecológica no Brasil, e restringir a farra dos venenos.

Iniciativas como essa só conseguem sucesso com muita pressão popular. É por isto que, com esta revista, esperamos trazer mais informações sobre o tema, que nos ajude a mobilizar a sociedade brasileira nesta luta por mais saúde e pelo direito a alimentação saudável, livre de veneno e ambientalmente justa.

Boa Leitura!

Enquanto a indústria dos agrotóxicos no Brasil anunciava um faturamento de 12 bilhões de dólares em 2014, aproximadamente 36 bilhões de reais, o Ministério da Saúde divulgava outro número nada animador: em um período de sete anos, 34.147 pessoas deram entrada centros médicos de todo o país, intoxicados pelo uso de agrotóxico.

Segundo o Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde, produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2.052 óbitos por intoxicação por agrotóxico foram registrados no Brasil entre 2000 e 2009, com destaque para a região nordeste, que respondeu a 41,8% deles.

Os danos à saúde humana pela exposição ou consumo de agrotóxicos são variados e de diferentes níveis. Mas todos, desde os trabalhadores que manejam esses químicos até os consumidos de alimentos contaminados, ou seja, quase toda a população, podem apresentar problemas de saúde ao longo da vida.

“Não importa se é uma colher ou se é um litro, veneno faz mal igual”, comenta o médico e integrante da Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares, Augusto César. “A diferença da concentração pode determinar o tipo de problema que a pessoa vai ter. A exposição aguda pode provocar a intoxicação imediata. Mas a ingestão, seja em qualquer quantidade, pode provocar efeitos crônicos aos quais devemos estar muito atentos”, alerta. De acordo

com Fernanda Nogueira, epidemiologista do Instituto Nacional do Câncer (Inca), “é possível estabelecer uma relação direta entre o uso de agrotóxicos e diversas doenças, entre elas, o aumento de incidência de câncer. “Entre 2014 e 2015, mais de 500 mil novos casos de câncer foram registrados no Brasil. Em todo o mundo, uma média de 14 milhões de novos casos de câncer são diagnosticados anualmente”, explica.

Segundo Nogueira, os casos mais graves de intoxicação ocorrem em áreas rurais onde há prática de pulverização aérea de agrotóxicos. A epidemiologista do Inca menciona dois acidentes aéreos na mesma localidade, em Lucas do Rio Verde, em um intervalo de sete anos, danificando cultivos familiares e provocando a intoxicação da população. “O segundo acidente ocorreu em 2013 a 15 metros de distância das escolas desrespeitan-

do a legislação vigente, provocando vários casos de intoxicação por agrotóxicos em crianças”, destaca. Os casos estão relatados no Dossiê Abrasco (2015).

“O consumo de agrotóxicos no país tem aumentado progressivamente desde o ano de 2008, tornando o Brasil o maior consumidor mundial de agrotóxicos, e responsável por quase 20% do total de agrotóxicos utilizados no mundo. O Inca já se posicionou oficialmente no ano de 2015 sobre a problemática dos agrotóxicos no Brasil, repudiando o uso dessas substâncias no país”, afirma Nogueira.

SAÚDE EM PERIGO

É possível lavar os alimentos para tirar os agrotóxicos?

É fácil encontrar na internet vídeos e tutoriais que ensinam a eliminar os agrotóxicos dos alimentos antes de consumi-los. As receitas caseiras vão desde retirar a casca de frutas, legumes e verduras, até usar bicarbonato de sódio na higienização dos alimentos. Segundo a epidemiologista do Inca, Fernanda Nogueira, não há nenhum tipo de agente que elimine os resíduos de agrotóxicos em alimentos.

“Uma vez utilizados durante o cultivo de alimentos, desde a etapa de preparação da terra até o acompanhamento do crescimento da lavoura, os produtos finais do plantio, como as frutas, legumes, verduras, frutos, mudas, etc, terão resíduos

de agrotóxicos em sua composição e chegarão ao consumidor contaminados de agrotóxicos. É importante deixar claro que não existe nenhum método de higienização ou lavagem de alimentos que elimine os agrotóxicos.”

Alguns alimentos possuem mais de 50 ingredientes ativos, que estão presentes em toda a composição do alimento, não só na parte externa, o que torna praticamente impossível eliminá-las por completo. Assim, a única forma de evitar o consumo de veneno através dos alimentos é optar por uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos. Além de fazer bem à sua saúde, é uma atitude política para dizer #ChegaDeAgrotóxicos!

O “PACOTE DO VENENO”

Com objetivo de alterar as regras de comercialização e registro de agrotóxicos no Brasil, a bancada ruralista propôs uma série de projeto de lei que ficaram conhecidos como ‘Pacote do Veneno’. Atualmente, o projetos tramitam em conjunto através do PL6922/2002, de autoria do hoje ministro da agricultura Blairo Maggi.

“Após o golpe de estado sofrido em nosso país, que também foi um golpe ruralista, há uma série de ameaças de retrocessos em pauta. A flexibilização da legislação é a principal delas, com o Pacote do Veneno. Mas já está em curso um relaxamento dos marcos regulatórios aliado a um enfraquecimento da ANVISA, esvaziando seu papel no cuidado com a saúde pública e atendendo aos interesses das empresas.”

O principal projeto que compõe o Pacote do Veneno é o PL 3.200/2015, do deputado federal Covatti Filho (PP-RS). O projeto revoga a atual lei de agrotóxicos e, por exemplo, substitui o termo ‘agrotóxico’ por ‘defensivo fitossanitário’. Além disso, retira de instituições como a Anvisa e o Ibama o poder de veto sobre novos registros de agrotóxicos no país, e cria uma Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito) subordinada apenas ao Ministério da Agricultura.

Mesmo sem aprovação legislativa, o esvaziamento do papel das instituições reguladoras já começa a ser colocado em prática. Já tramitam pela Anvisa propostas internas para retirar o símbolo da caveira de alguns agrotóxicos e implementar a avaliação de risco, que flexibiliza os critérios de segurança em saúde. O resultado dessa política foi um recorde de 277 novos agrotóxicos registrados no país em 2016.

Todas as medidas defendidas pela bancada ruralista do Congresso caminham na mesma direção de facilitar ao agronegócio o acesso aos venenos, e desta forma gerar dois efeitos imediatos: o aumento do já lucrativo negócio dos alimentos transformados em commodities; e o envenenamento massivo da população.

Somos maioria contra os agrotóxicos

O Greenpeace encomendou em 2016 uma pesquisa ao Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) sobre a percepção do cidadão em relação aos agrotóxicos. O resultado revela como a população brasileira vem tomando consciência sobre os riscos de uma alimentação baseada no uso de agroquímicos: 81% dos entrevistados consideram que a quantidade de agrotóxicos aplicados nas lavouras é “alta” ou “muito alta”.

Como a pesquisa foi realizada em ano de eleições municipais, foi perguntado aos entrevistados sobre a posição dos candidatos e candidatas em relação ao tema. 82% da população brasileira considera “muito importante” que um político apresente propostas para a introdução de alimentos sem agrotóxicos da merenda escolar da rede pública. Na mesma direção, quase 60% dos entrevistados afirmaram que um político ter como prioridade a introdução de alimentos sem agrotóxicos nas escolas gera uma imagem pública mais positiva dele.

O estudo foi realizado com a população acima de 16 anos e o universo de habitantes é estratificado. Foram realizadas 2002 entrevistas em 142 municípios de todo o Brasil e a margem de erro estimada é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Segura este abacaxi

A preocupação da população sobre a qualidade da alimentação caminha na direção contrária das políticas públicas de controle do uso de agrotóxicos. Segundo o relatório ‘Segura este abacaxi – os agrotóxicos que vão parar na sua mesa’, produzido pelo Greenpeace em 2017, ‘há um pacote de maldades negociado entre governo e ruralistas que atua [no sentido de]: redução e extinção de áreas protegidas de floresta, paralisação das de-

marcações de terras indígenas, quilombolas e da reforma agrária, enfraquecimento do licenciamento ambiental, venda de terras para estrangeiros, anistia a crimes ambientais e a dívidas do agronegócio, legalização da grilagem de terras e desmonte da legislação de combate ao trabalho análogo ao escravo, entre outras iniciativas.

Ainda segundo o estudo, na linha de frente da ofensiva, está também o incentivo ao uso de mais agrotóxicos na produção de alimentos, resultando, invariavelmente, em mais veneno no nosso prato.

Para mostrar o problema mais de perto a ONG realizou uma série de testes toxicológicos em alimentos que fazem parte da dieta básica da população brasileira, chegando a conclusões alarmantes: 60% dos alimentos testados estavam contaminados com resíduos de agrotóxicos. Entre as irregularidades, foram encontrados agrotóxicos não permitidos para a produção do alimento específico e outros acima dos níveis permitidos por lei. Além disso, dos 23 agrotóxicos encontrados, 10 estão proibidos em outras regiões do mundo.

“Mesmo as amostras que não apresentavam irregularidades indicam um cenário preocupante. Nós nos alimentamos todos os dias e estamos expostos a essas substâncias por um longo período de tempo e não há níveis seguros para consumo dessas substâncias”, afirmou Marina Lacôrte, responsável pela Campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace Brasil. “Precisamos produzir de outra forma e o primeiro passo para isto é aprovar a Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos – PNARA”, complementa Marina.

Metodologia

O Greenpeace comprou alimentos nas cidades de Brasília e São Paulo entre os dias 11 e 13 de setembro de 2017, em grandes centros de abastecimento de alimentos. 113 quilos de alimentos foram divididas em 50 amostras que foram testadas pelo Laboratório de Resíduos de Pesticidas (LRP) do Instituto Biológico de São Paulo.

PNARA O CAMINHO DA SOLUÇÃO

Promover um novo modelo de agricultura, que respeite a saúde das pessoas e do meio ambiente é o objetivo do Projeto de Lei 6670/16, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNARA. O projeto, construído junto a sociedade civil, tem como objetivo o desenvolvimento de ações que contribuam para a redução progressiva do uso de agrotóxicos no Brasil, além de propor incentivos para a oferta de insumos de origens biológicas e naturais, dando mais espaço a essa forma de produção que hoje tem poucos (e cada vez menos) estímulos para produzir.

“O modelo atual de agricultura, dominante no Brasil e no mundo depois da Segunda Guerra, geram problemas sociais e ambientais muito graves. E a PNARA vem como uma política de incentivo para a construção de um novo modelo de agricultura”, afirma o deputado federal Nilto Tatto, do Partido dos Trabalhadores (PT), e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara.

Entre as iniciativas propostas no PL estão:

- elaboração de um plano federal de fiscalização integrado, que contemple as competências legais e cada órgão envolvido;
- atualização, a cada três anos, dos registros de agrotóxicos em uso;
- criação de um banco de dados sobre o monitoramento da eficiência agronômica, efeitos adversos, dados de intoxicação e referências técnicas sobre o ingrediente ativo em processo de reavaliação;
- implantação de sistema de vigilância em

saúde pública para populações expostas a agrotóxicos, fortalecendo a integração da vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador e ambiental;

- proibição do uso de agrotóxicos nas proximidades de moradias, escolas, recursos hídricos, áreas ambientalmente protegidas e áreas de produção agrícola orgânica;
- revisão das penalidades para uso inadequado de agrotóxico e suas embalagens.

Além de um controle mais estrito do uso de agrotóxicos no país, o projeto também prevê medidas de apoio econômico e financeiro para incentivar a produção de insumos limpos, agroecológicos, orgânicos e de controle biológico. Além disso, determina a eliminação de subsídios, isenções e outros estímulos econômicos, financeiros, tributários e fiscais que atualmente servem de incentivo para a importação e comercialização de agrotóxicos.

A proposta ainda fixa medidas para a qualificação da ação de profissionais, agricultores, consumidores e sociedade civil organizada em geral para a promoção da agricultura sem agrotóxicos e a redução gradual e constante do uso desses produtos.

Segundo o deputado Nilto Tatto, a grande resistência ao projeto vem da 'bancada ruralista e de sua aliança com as grandes transnacionais que dominam a cadeia de produção de alimentos'. “A bancada ruralista não só trabalha pela manutenção do sistema atual, como conseguiram criar uma comissão específica para trabalhar a flexibilização da legislação”, denuncia.

BANIDOS LÁ FORA, PERMITIDOS NO BRASIL

Nos últimos anos, diversos países ao redor do mundo, principalmente os mais ricos, têm tomado medidas para reduzir o consumo de agrotóxicos, em resposta aos graves danos à saúde das populações e ao meio ambiente. O recente anúncio de que o glifosato será banido da França nos próximos três anos levantou o debate sobre a utilização deste veneno, que responde por cerca de metade de todas as vendas de agrotóxicos no mundo.

Há estudos que comprovam a relação direta da exposição ao glifosato e doenças como a má formação de fetos, o mal de Parkinson, depressão, autismo e diversas formas de câncer.

Enquanto a União Europeia dá passos importantes no combate a este e outros ingredientes ativos como o acefato, atrazina, carbendanzim, fipronil, imazapir, lactofem e paraquat, o agronegócio brasileiro amplia seu uso a cada ano e luta para mantê-los no mercado, mesmo sabendo dos perigos que essas substâncias trazem para saúde da população. A toxicologista e pesquisadora da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), da Fundação Oswaldo Cruz e professora da UNIRIO, Karen Friedrich, explica que não se trata de termos uma lei mais permissiva a este tipo de agente químico, muito pelo contrário: 'a legislação brasileira de 1989 tem alguns pontos bastante importantes e que são até mais rígidos do que a legislação de outros países', afirma.

Segundo Friedrich, a própria Europa só veio criar mecanismos de proibição de agrotóxicos que causem câncer, alteração hormonal, distúrbios reprodutivos, efeitos sobre a reprodução, malformações fetais, em 2009, enquanto esse critério já é adotado pela legislação brasileira há mais de 20 anos.

Mas porque então o Brasil segue sendo permissivo em relação a essas substâncias? Segundo Friedrich, um dos principais argumen-

tos utilizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para permitir a comercialização desses agrotóxicos é a perda de valor comercial nos países onde são proibidos, o que não ocorreria no Brasil, devido às diferentes espécies de pragas existentes no campo brasileiro. "Ocorre que a maioria das proibições ou não renovações de registros na Europa se dá pelo fato de as empresas não apresentarem os estudos exigidos sobre os reais riscos daquele produto, e os benefícios, sob o ponto de vista da agronomia. Para isso, as agências reguladoras europeias realizam uma revisão consistente do registro, que no caso deles, é feita a cada 15 anos", explica. Já no caso do Brasil, as revisões periódicas não acontecem.

"A gente pode fazer uma analogia com a questão do medicamento. Muitos remédios que usávamos há algum tempo, hoje estão proibidos. E por quê? Ou porque eles mostraram que não são mais eficazes ou porque mostraram que podem causar reações prejudiciais à saúde. No caso do medicamento, essa revisão do registro ocorre a cada cinco anos. Ou seja, se nós tivéssemos uma revisão periódica dos registros de agrotóxicos, teríamos estudos que nos permitiriam avaliar a eficácia desses produtos sob o ponto de vista agrônomo, e ao mesmo tempo, sob o ponto de vista dos riscos para a saúde das pessoas e para o meio ambiente", comenta.

Mas segundo a pesquisadora, o maior de todos os obstáculos para uma avaliação consequente dos riscos do uso de agrotóxicos é o lobby realizado pelas empresas do agronegócio junto ao poder público. "A própria Anvisa manifesta nos seus pareceres que contemplou a posição da indústria na sua decisão. Isso mostra que ela tem um diálogo muito aberto com o setor industrial, sob o argumento de que eles devem ter o direito de defender seu produto. Mas aí a gente questiona: e onde está o direito do consumidor, do trabalhador rural, da população que se expõe ambientalmente a esses venenos? Qual é o canal de diálogo para a participação social na tomada dessas decisões?".

No recém-lançado livro "Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia", a professora da USP Larissa Bombardi afirma que dos 150 agrotóxicos permitidos para uso na soja no Brasil, 35 são proibidos na Europa. Curiosamente, em 2016, 13 milhões de toneladas do grão produzidos no Brasil tiveram como destino os países europeus.

Quem financia o Agro Tóxico?

Sempre que o tema dos agrotóxicos é trazido ao debate, o agronegócio aparece como o principal ator que, na defesa de seus interesses econômicos, utilizam massivamente essas substâncias na produção como forma de maximizá-la a qualquer custo, incluindo o consumo de alimentos contaminados pela população.

Mas não é só a comercialização dos produtos que faz engordar as contas bancárias do agro. O setor tem se aproveitado de generosas políticas fiscais que, ao final, representam grandes perdas de arrecadação devido a isenções quase que total de impostos em determinadas situações, o que acaba recaindo sobre a população, que paga com a própria saúde.

Com a desoneração fiscal das operações envolvendo agrotóxicos, somente o estado de São Paulo deixou de arrecadar 1,2 bilhão de reais em 2015, um valor que representa todo o orçamento da Secretaria Estadual de Agricultura. Há mais de três anos, a Defensoria Pública de São Paulo começou a investigar essas exonerações.

O estado de São Paulo representa 15% da comercialização de agrotóxicos no país. Em 2015, o setor faturou nacionalmente mais de 32 bilhões de reais. Enquanto isso, a arrecadação de impostos sobre os agrotóxicos foi de pouco mais de 518 milhões de reais, o que representa 1,61%.

A situação ganhou outro contorno quando o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), questionando duas cláusulas do Convênio 100/1997, do Conselho Nacional de

Política Fazendária (Confaz), e dispositivos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), estabelecida pelo Decreto 7.660/2011, que beneficiam a indústria dos agrotóxicos. Em outubro de 2017, o Ministério Público Federal deu parecer favorável à ADI interposta pelo PSOL. No documento, a Procuradora-Geral Raquel Dodge afirma que, "ao estipularem benefícios fiscais aos agrotóxicos, intensificam o seu uso e, portanto, sujeitam o meio ambiente, a saúde e a coletividade dos trabalhadores aos perigos inerentes ao manuseio em larga escala". "Existe um princípio no direito tributário que é o da seletividade, ou seja, é possível fazer política pública aumentando ou diminuindo um determinado tributo. Não só para fins arrecadatórios, mas para promover uma política pública", analisa o defensor Marcelo Novaes, da 1ª Defensoria Pública de Santo André – Regional do Grande ABC. "Exemplo disso é o caso do tabaco. O aumento do imposto sobre o cigarro promove a redução do consumo e da incidência do tabagismo. No caso da isenção que é dada aos agrotóxicos, que tem como princípio fortalecer a produção agrícola, não faz nenhuma distinção em relação aos efeitos deletérios dos agrotóxicos, ou seja, os danos ambientais e os problemas de saúde gerados pelo uso de agrotóxicos", explica.

Novaes alerta para o fato de que além da desoneração, existem outras perdas financeiras em relação à comercialização dos agrotóxicos. "É que o setor se beneficia do fato de que esses agrotóxicos são considerados insumos agrícolas, e portanto, todo o gasto com a aquisição deles pode ser debitado dos ganhos líquidos declarados no Imposto de Renda", acrescenta.

AGROECOLOGIA UMA TRANSIÇÃO POSSÍVEL E URGENTE!

As trabalhadoras e trabalhadores rurais, pequenos produtores de alimentos, são os primeiros a sentir os impactos de um campo envenenado por agrotóxicos e transgênicos, causadores da desertificação, destruição de biomas e biodiversidade, sem contar os impactos na saúde, por meio das contaminações agudas ou crônicas. É por esse motivo que as organizações camponesas, além de combater o modelo do agronegócio, têm investido na construção de um novo modelo de agricultura, baseado no conceito da agroecologia.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido protagonista na construção dessa alternativa ao modelo do agronegócio, tanto na formação dos produtores, como na massificação da produção agroecológica em todo o Brasil. "A produção cultural de uma alimentação saudável já é uma realidade em muitas áreas conquistadas e isso só foi possível pelo esforço das famílias assentadas, por políticas públicas de apoio à agricultura familiar e pelo envolvimento da sociedade", afirma Kelli Mafort, da Direção Nacional do MST.

Segundo Mafort, não há contradição entre desenvolvimento e agroecologia. "O MST e outras organizações do campo têm demonstrado na prática que é possível alimentar o povo sem veneno. A agroecologia, de fato, é o único modelo de desenvolvimento sustentável para o campo brasileiro. O modelo do agronegócio é sinônimo de atraso, pois seu impulso é predador, visando de forma incontrolável somente o aumento das taxas de lucro dos ruralistas e das empresas transnacionais. Temos mostrado na prática que é possível produzir alimentos saudáveis e em larga escala".

Um bom exemplo do que afirma Kelli é a produção de arroz orgânico dos assentamentos do Rio Grande do Sul. Para a safra de 2016-17, o MST estima a colheita de mais de 27 mil toneladas, produzidas em 22 assentamentos diferentes, envolvendo mais de 600 famílias de produtores rurais.

"Só é possível produzir alimentos com essa diversidade, e com a qualidade orgânica, sem agrotóxicos, se for pela via da pequena agricultura, dos assentamentos. Podemos dizer que a Reforma Agrária é essencial, não só para a geração de renda das famílias produtoras, mas para a própria economia", diz orgulhoso Adelar Preto, 51 anos, morador do assentamento gaúcho Conquista da Liberdade.

Com muito esforço e ao longo de anos, as cooperativas do MST foram criando uma estrutura capaz de produzir e distribuir alimentos agroecológicos para toda a América Latina. As agroindústrias do MST, responsáveis pela produção do arroz orgânico no Rio Grande do Sul são hoje as maiores produtoras dessa qualidade do grão em todo o continente.

A ONU recomenda

Em 2011, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) divulgou um relatório no qual apontava o risco de falência dos Estados que não lograssem superar o atual modelo capitalista de produção de alimentos. O relatório ressalta ainda experiências agroecológicas desenvolvidas em países africanos e que 'demonstraram que é possível duplicar o rendimento das lavouras em um período de três a dez anos', contrariando o argumento dos ruralistas de que seria impossível alimentar toda a população sem o uso de agrotóxicos.

Em um novo relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em março de 2017, a FAO afirmou que o uso dos agrotóxicos na agricultura gera 'impactos catastróficos no ambiente, na saúde humana e na sociedade como um todo'.

"É um mito. Usar pesticidas nada tem a ver com acabar com a fome. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), já conseguimos alimentar 9 bilhões de pessoas hoje em dia. A produção está definitivamente a aumentar, mas o problema é a pobreza, a desigualdade e a distribuição", declarou Hilal Elver, relatora especial da ONU para o direito à comida.

“ERRAMOS AO ENTRAR NESSA AVENTURA, DEVEMOS RETROCEDER”

As sementes e plantas transgênicas são organismos geneticamente modificados para resistirem a determinadas doenças, ou mesmo para funcionarem como inseticidas em um determinado bioma. Apesar de ainda haver poucos estudos sobre os efeitos do consumo desses alimentos, eles são usados na fabricação de diversos produtos consumidos cotidianamente pelos brasileiros.

Em entrevista, o engenheiro agrônomo e membro do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade, Leonardo Melgarejo, fala sobre essa grande ameaça do agronegócio à saúde da população e ao meio ambiente.

Quais plantas transgênicas podem ser comercializadas atualmente no Brasil?

As plantas geneticamente modificadas aprovadas para uso comercial carregam basicamente duas características: são plantas tolerantes a herbicidas ou são plantas inseticidas. As plantas transgênicas mais “modernas” combinam estas duas características: produzem proteínas que são tóxicas para alguns insetos e não morrem com banhos de determinados herbicidas. Estas características estão presentes, de forma isolada ou combinada, em todas as variedades transgênicas de milho, soja e algodão. Também existe uma cana-de-açúcar com propriedades inseticidas e um eucalipto transgênico. Estas são as plantas transgênicas de cultivo autorizado no país, e que aqui estariam sendo utilizadas. Vale falar também de dois milhos transgênicos não estudados no Brasil e que tiveram importação e comércio autorizado, com proibição de cultivo.

A quais riscos este tipo de alimento nos expõe?

Sabemos pouco sobre o consumo dos transgênicos porque não há estudos epidemiológicos examinando seus impactos. Não temos estudos de longo prazo, separando e comparando animais alimentados com grãos gene-

ticamente modificados e com grãos “normais”. Além disso, os estudos aceitos pela CTNBio são realizados pelas próprias empresas e objetivam mostrar que não existem problemas. Temos de tudo: desde estudos com baixo número de repetições e com amostras muito pequenas, até estudos construídos de forma a esconder problemas. Por exemplo, temos estudos que misturam animais de sexo distinto, de forma a ampliar a variância das modificações observadas no grupo inteiro, ocultando alterações dependentes de características hormonais condicionadas pelo sexo. E talvez o mais grave e ilustrativo problema identificado nessas análises, seja o fato de que os estudos nutricionais com plantas tolerantes ao glifosato e a outros herbicidas sejam realizados com grãos cultivados na ausência destes herbicidas, produzidos especialmente para os testes.

Neste caso, o problema estaria no controle sobre a aprovação dessas sementes?

Atualmente a aprovação das sementes transgênicas funciona de maneira prejudicial aos interesses nacionais e facilitador dos interesses das empresas. Isto se associa a um mecanismo viciado, que burla normas estabelecidas pela lei de biossegurança. Estas normas, embora frágeis, se bem aplicadas e cercadas por processo de transparência e respeito à ciência, permitiriam análises consistentes, no interesse do avanço da tecnologia e do desenvolvimento nacional, com menores riscos para a saúde humana, animal e ambiental.

Se algum dia o Brasil desejar banir os transgênicos, seria possível?

Sim, caso consideremos o fato de que os impedimentos não são técnicos, são políticos. As decisões tomadas no presente nos mantêm reféns das empresas de biotecnologia. As avaliações aparentemente técnicas, da CTNBio, possivelmente teriam conclusões opostas as que hoje observamos. Os produtos da engenharia genética, presentes nas lavouras brasileiras, oferecem facilidades gerenciais para alguns, mas trazem efeitos colaterais de tão grande porte para os demais, que não deveriam ser permitidos. Erramos em entrar nesta aventura, e como todos aqueles que se percebem em um erro, devemos retroceder.

A plataforma **#ChegaDeAgrotóxicos** é uma ferramenta de mobilização da sociedade na luta contra os retrocessos que podem colocar ainda mais venenos nas mesas das famílias brasileiras.

Preocupadas com o chamado Pacote do Veneno – uma série de medidas que visam liberar ainda mais o uso de agrotóxicos no Brasil, diversas organizações da sociedade civil se juntaram para construir a plataforma **#ChegaDeAgrotóxicos**. O site recolhe assinaturas contrárias ao Projeto de Lei 6299/2002, que pretende revogar a atual lei de agrotóxicos, abrindo brechas para aprovação de novas substâncias que provocam câncer, mutação genética e má-formação fetal.

Ao mesmo tempo, o conjunto de organizações que criaram a plataforma pretende apoiar a aprovação do Projeto de Lei 6670/2016, que institui a PNaRA – Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, um projeto de iniciativa popular, que propõe mais de 100 medidas para reduzir uso de agrotóxicos no Brasil.

Assinam a plataforma **#ChegaDeAgrotóxicos** :

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Greenpeace

Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Associação Brasileira de Agroecologia

Articulação Nacional de Agroecologia

Aliança Pela Alimentação Saudável

ACT Promoção da Saúde

Central Única dos Trabalhadores

Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

FIAN Brasil

Fiocruz

Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar

Idec

Slow Food

Via Campesina

www.chegadeagrototoxicos.org.br